



CÂMARA MUNICIPAL DE
FORTALEZA

VEREADOR
Deodato
Ramalho *De confiança e coragem*

*Gabinete do vereador Deodato Ramalho
Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores - PT*

REQUERIMENTO Nº **4458** /2013

Requer a transcrição da matéria publicada no jornal Diário do Nordeste em 5 de outubro de 2013 "Constituintes cearenses reclamam do excesso de emendas à Carta", de Lorena Alves, para os Anais da Câmara Municipal de Fortaleza.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

O vereador Deodato Ramalho, líder da bancada do PT, no uso de suas atribuições e na forma regimental, vem, à presença de Vossa Excelência com reciprocidade de respeito, requerer que seja transcrita para os Anais da Câmara Municipal de Fortaleza, a matéria publicada no jornal Diário do Nordeste em 5 de outubro de 2013 "Constituintes cearenses reclamam do excesso de emendas à Carta" que lembra a promulgação da Constituição há 25 anos e revela a opinião dos parlamentares cearenses que participaram da sua elaboração, acerca das 73 emendas constitucionais a ela agregadas de lá pra cá. Texto de autoria da repórter Lorena Alves, conforme consta em anexo.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO, 07 de outubro de 2013.

DEODATO RAMALHO
Vereador do PT - Fortaleza

DEPTO. LEGISLATIVO
RECEBIDO

07 OUT. 2013

11:20 h Nº de fls. 01

Servidor *Ramir*

Assine
Edição Digital

BOAS OPORTUNIDADES NÃO APARECEM TODO DIA. SÓ ÀS QUINTAS-FEIRAS.

7Out NACIONAL

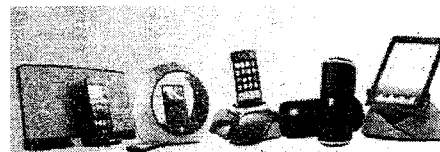
07h42

Dilma diz no Twitter que texto do Marco Civil da Internet será enviado à ONU

APÓS 25 ANOS

Constituintes cearenses reclamam do excesso de emendas à Carta

05.10.2013



Curtir

Lisart Lembrancinhas, Priscila Aguiar e outras 296.257 pessoas curtiram

Tweet 13

2

Promulgada em 1988, a Constituição Federal é vista como um marco na consolidação da democracia brasileira

Há exatos 25 anos, ainda num período de ressaca da ditadura militar, era promulgada, no dia 5 de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, símbolo de um país que pedia redemocratização e garantia de direitos individuais e coletivos. Procurados pelo Diário do Nordeste, alguns cearenses que participaram da comissão que elaborou o texto - deputados federais e senadores à época - reforçam que o texto representa a consolidação de uma democracia que tenta se firmar, mas tecem críticas às 73 emendas constitucionais que já foram agregadas à Carta Magna.



O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, fez um discurso histórico em 5 de outubro de 1988, na promulgação da Carta. Mauro Benevides (à direita) foi vice-presidente da Constituinte Foto: arquivo Câmara Federal

Em fevereiro de 1987, o Congresso formou uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar a nova Constituição. Esse grupo era formado por mais de 500 deputados federais e senadores, todos eleitos em 1986. Da bancada do Ceará, participaram 22 deputados e quatro senadores, sendo um deles, Afonso Saracho, suplente do ex-senador Virgílio Távora.

Para o deputado federal Mauro Benevides (PMDB), que ocupava vaga no Senado em 1987 e chegou a ser 1º vice presidente da Constituinte, o texto aprovado em 1988 contempla as principais exigências da sociedade, mas deixou lacunas para serem pontuadas num período posterior. "A Constituição atendeu naquele momento às grandes reivindicações do povo brasileiro, mas nós que elaboramos a Carta já tivemos a previsibilidade de entender que ela não era perfeita" pondera.

Títulos

O texto aprovado em 1988 conta com nove títulos, englobando artigos que contemplam direitos e garantias fundamentais, direitos políticos, organização do Estado, tributação e orçamento, dentre outros. "A Carta preencheu os seus grandes objetivos. Ela representa os anseios da comunidade e tem as suas falhas, que estão sendo corrigidas. O que existe é o fundamento da garantia do direito ao cidadão", alega Mauro Benevides.



Diário Nordeste

Curtir

296.259 pessoas curtiram Diário Nordeste.



Plug-in social do Facebook

5Out | 11h01

Regras para eleições de 2014 começam a valer neste sábado

7Out | 07h53

Arsenal químico da Síria começa a ser destruído, confirma ONU

7Out | 07h42

Dilma diz no Twitter que texto do Marco Civil da Internet será enviado à ONU

6Out | 20h56

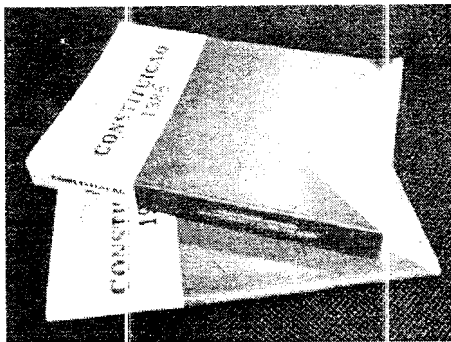
Fortaleza empata com Cuiabá fora de casa e deixa classificação para a última rodada

6Out | 20h49

Delivery pela internet gera 9% do faturamento, aponta estudo

6Out | 18h59

Manifestantes voltam a protestar em frente ao Parque do Cocó; guarda municipal é detido



O texto aprovado em 1988 conta com nove títulos, como garantias fundamentais, direitos políticos, organização do Estado, tributação, dentre outros

Por sua vez, o ex-deputado federal Lúcio Alcântara (PR), que também foi um dos membros da Assembleia Constituinte, diz que há um excesso de Propostas de Emenda à Constituição (PECs). "Em vez de estarem fazendo emendas, o mais razoável é que tivessem feito leis", declara Alcântara, que ainda foi governador do Estado.

Ele acrescenta: "Tem-se banalizado a PEC. Hoje tudo é uma PEC. Vamos fazer leis. A Constituição vai ficando casuística e com mais dificuldade de ser cumprida".

O ex-deputado federal pondera que a Carta Magna de 1988 deixou alguns artigos para serem regulamentados após a promulgação da Constituição, através da criação de leis complementares. "Quando não se chegava a um consenso, se remetia à elaboração de uma lei posterior, mas algumas até hoje não foram feitas", destaca.

Lúcio Alcântara reforça que, pelo momento histórico e pela série de reivindicações acumuladas após 21 anos de regime militar, a Constituinte aprovou uma Carta Magna brasileira detalhada e com muitos artigos. "Muitos já consideravam longa e extensa. Suscita muita discussão se esse é o melhor caminho. Naquela ocasião, estávamos saindo de uma ditadura. Havia muita expectativa pela garantia dos direitos. Foi uma saída pacífica para uma transição democrática", explica Lúcio.

Negligenciados

Apesar de afirmar que alguns artigos da Carta ainda são negligenciados pelos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, Lúcio Alcântara avalia que há um maior controle social atualmente. "A Constituição fica muito engessada. Nem sempre ela tem sido cumprida, mas há um movimento maior na sociedade e alguns órgãos de fiscalização que cobram isso. A sociedade se estruturou melhor para cobrar a lei", defende.

Já o ex-senador Cid Carvalho levanta a importância das chamadas "cláusulas pétreas", que são aquelas que não podem ser modificadas, exceto se for formada uma nova Assembleia Nacional Constituinte. "O processo constitucional de 1988 tem resultados que nunca serão apagados pelas inúmeras emendas patrocinadas pelos governos que vieram depois da promulgação. Além das cláusulas pétreas, sempre irá perdurar o fato de a Constituição haver fundado uma verdadeira democracia no Brasil", considera.

Cid Carvalho também aponta os supostos prejuízos que as emendas constitucionais têm causado ao texto original aprovado pelos constituintes. "Todas as emendas, de um modo geral, visaram a prejudicar o texto constitucional para o interesse dos governantes, haja vista emendas como a da reeleição, todos os dispositivos de privatização, a descaracterização da empresa nacional, modificações que prejudicaram funcionários públicos e os segurados previdenciários". Ele completa: "Tornou-se muito fácil emendar a Constituição".

A despeito das ponderações a respeito das alterações por que passou o texto original, o ex-senador lembra que justamente pela segurança das cláusulas pétreas não foram aprovadas mudanças que pudessem suprimir direitos individuais e coletivos já assegurados. "A Constituição de hoje ainda é formidável, apesar de todas as investidas do Fernando Henrique Cardoso e do Lula (ex-presidentes da República) por conta das cláusulas pétreas", declara.

Para Cid Carvalho, o excesso de leis e PECs também descaracteriza alguns princípios que nortearam os trabalhos realizados em 1987 e 1988. "Há muita lei meramente ocasional, factual, que não visa ao equilíbrio jurídico do Estado. É lei demais", diz.

Outro cearense que consta na comissão da Assembleia Nacional Constituinte é o ex-deputado federal Ubiratan Aguiar. Para o ex-parlamentar, o clima de pós-ditadura militar guiou as discussões realizadas pelo grupo, que também chegou a receber sugestões da população.

"Nós saímos de um regime militar. No peito das pessoas, estava o sentido de garantias individuais, avanço no campo dos direitos sociais, estado democrático de direito. Nunca vi um Congresso ser tão frequentado pela sociedade como naquela época", relata Aguiar.

Notáveis

Ubiratan Aguiar lembra que à época foram consideradas duas possibilidades para a elaboração

Tweets

Seguir @diarioonline

Diário do Nordeste

Frequentadores temem pela segurança na Praia do Futuro.

Diário do Nordeste

Manifestantes voltam a protestar no Parque do Cocó.

Diário do Nordeste

Após violentar uma agricultora de 50 anos, ex-presidiário adomece e é preso.

da Constituição: que ela fosse feita através de uma comissão de notáveis que utilizassem outras experiências como base ou uma comissão formada pelos próprios representantes eleitos no Congresso Nacional em 1986, começando "do zero". A última opção foi a escolhida.

Sobre as emendas feitas à Constituição, o ex-deputado federal entende que muitas delas foram necessárias por conta de mudanças históricas. "A lei, mesmo sendo a lei maior do País, tem que refletir as mudanças da sociedade, os avanços do campo e da tecnologia. Naquela época, não se falava em Internet. A Constituição também não recebe as reivindicações da sociedade de forma que retrate uma modernidade", defende.

Na avaliação de Ubiratan Aguiar, mesmo com as garantias asseguradas pela Carta, alguns temas não são postos em prática na sua plenitude. "Ela estabelece o Pacto Federativo, um pacto indissolúvel entre estados, municípios e a União. As desigualdades devem ser corrigidas, mas a reforma tributária nunca saiu. Há uma concentração de recursos da União. Isso foi previsto nos debates", exemplifica.

Mesmo reconhecendo limitações na aplicação do texto constitucional, Aguiar aponta avanços no cumprimento à legislação. "De um modo geral, ela é respeitada. Temos tido o apoio da sociedade e dos órgãos de fiscalização. O maior controle que existe é o social, mas esse só vamos alcançar quando estivermos em uma sociedade politizada", opina. Dos 26 parlamentares cearenses que integraram a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, oito já faleceram. Apenas o deputado federal Mauro Benevides ainda exerce mandato.

Juristas apontam desafios

Na avaliação de juristas ouvidos pelo Diário do Nordeste, são muitos os avanços da aprovação da Carta Magna, mas restam algumas lacunas a serem preenchidas, dentre as quais alguns direitos que, embora resguardados legalmente, ainda não se tornaram realidade para todos os cidadãos brasileiros.



O jurista Valmir Pontes Filho diz que o Judiciário é o poder que mais respeita a Constituição, em especial o Supremo Tribunal Federal. Foto: José Leomar

De acordo com o preâmbulo da Constituição Federal de 1988, o texto visa a "assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como

valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias".

O jurista Valmir Pontes Filho, presidente da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), aponta que a Carta Magna de 1988 garante todos os direitos sociais, sendo uma das Constituições mais adiantadas do mundo.

No que se refere à aprovação das emendas constitucionais, Pontes Filho ironiza: "Cheguei a afirmar certa vez que a melhor emenda seria aquela que revogasse todas as demais, restaurando a versão originária da Constituição". O jurista reconhece que algumas delas realmente atenderam a interesses sociais, enquanto outras emendas refletem investidas políticas pessoais, como o caso da PEC que assegura o direito à reeleição, votada no primeiro mandato do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Desatinos

"Outras visaram a atender interesses menores, como a da reeleição. Ou a cometer desatinos jurídicos, como as que alteraram o regime de previdência, obrigando, por exemplo, os aposentados a contribuir novamente para a previdência", alerta.

Questionado sobre o cumprimento da Constituição pelos três poderes, Valmir Pontes Filho diz acreditar que o Judiciário é o que mais respeita a Carta Magna, em especial o Supremo Tribunal Federal (STF). "Mas não se pode falar que os demais órgãos do poder se postem de modo arredo às suas prescrições. Com o correr do tempo e com a seguida prática democrática é que chegaremos ao estado de solidez constitucional que países mais adiantados já ostentam", analisa.

Por sua vez, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará, Valdetário Monteiro,

afirma que a Constituição Federal de 1988 foi uma "vanguarda", mas acrescenta ser necessário que a sociedade se aproprie do texto constitucional para cobrar a efetivação de todos os seus direitos. "É preciso que a população conheça o texto da Constituição para que cobre com maior afinco", declara.

O presidente da OAB-Ceará endossa a tese de que a extensão da Constituição é fruto de um contexto histórico de demandas sociais acumuladas devido às restrições do regime militar. "Se fala que o texto é prolixo e detalhista. A OAB e a maioria de juristas entendem de forma contrária". Citando as Constituições anteriores, de 1824, 1891, 1934, 1937 e 1946, ele acrescenta: "O país viveu de novo uma gangorra constitucional".

Para Valdetário Monteiro, muito já se caminhou após a promulgação do texto de 1988, mas o acesso à Justiça, por exemplo, ainda não foi conquistado por todos os setores da sociedade. "Já evoluímos muito. As manifestações de junho último mostram isso. Não tivemos ninguém preso por ter se manifestado", pondera o advogado.

SAIBA MAIS

EMENDAS

A Constituição Federal de 1988 já recebeu 73 emendas. A primeira delas foi aprovada em 1992 e versa sobre a regulamentação da remuneração dos parlamentares, garantindo que os vencimentos serão fixados em cada legislatura. Deputados estaduais só poderão receber até 75% dos deputados federais. Já os vereadores têm teto de remuneração limitado a 75% dos deputados estaduais.

Tribunais

A última emenda feita à Constituição, em 6 de junho de 2013, autoriza a criação de quatro Tribunais Regionais Federais. A proposta amplificou polêmicos debates no Congresso e no Judiciário, sob o argumento dos altos custos para se manter esses tribunais. Após a aprovação, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, suspendeu a medida, ao conceder uma liminar à Associação Nacional de Procuradores Federais (Anpaf), que pede a derrubada da emenda. O caso expôs a crise entre o Judiciário e o Legislativo.

LORENA ALVES
REPÓRTER

CONSTITUENTES

Bancada do CE

Deputados federais

Bezerra de Melo

Carlos Benevides

Carlos Virgílio

César Cals Neto

Etevaldo Nogueira Lima

Expedito Machado

Firmino de Castro
Furtado Leite
Gidel Dantas
José Lins
Lúcio Ancântara
Luiz Marques
Manoel Viana
Mauro Sampaio
Moema São Thiago
Moisés Pimentel
Orlando Bezerra
Osmundo Rebouças
Paes de Andrade
Raimundo Bezerra
Ubiratan Aguiar

Senadores

Cid Carvalho
Virgílio Távora
Mauro Benevides
Afonso Sancho (suplente)

FONTE: CONGRESSO NACIONAL

Recomendar

Enviar

6 pessoas recomendaram isso. Seja o primeiro entre seus amigos.

Faculdade a Distância

www.cneec.br/ead/graduacao

Cursos de Educação a Distância é na Cneec. Não perca essa Oportunidade!

Simulação

Aposentadoria

www.caixavidaeprevidencia.com.br

Veja o Que a Caixa Preparou Para Você. Simule e Compre Online!

Nome

E-mail

Cidade/Estado

Telefone

Comentário

Insira o código da imagem ao lado



Nova imagem



ASSALTOS

Frequentadores temem pela segurança na Praia do Futuro



ESTRANGEIROS

Tem início nova turma do programa Mais Médicos no Estado



REFORMA POLÍTICA ENGAVETADA

Pleito de 2014 ocorre sem avanços eleitorais

2/4

CERTIFICAÇÃO

Universidade do Parlamento Cearense, fundada em 2007, passa a ser escola de Ensino Superior e emitirá diplomas

EM FORTALEZA

População já usa novo Espigão, que ainda está em obras e não foi liberado
Previsão de entrega do equipamento é apenas para março de 2014

INVESTIGAÇÃO

Inteligência caça bandidos que comandam ataques a bancos
Cearenses teriam se aliado a criminosos vindos de outros estados

ASSASSINATOS

Grande Fortaleza registra 19 crimes no último fim de semana

Do total, 13 foram praticados na Capital e 6 na Região Metropolitana

OFERTAS ESPECIAIS



Samsung Galaxy S4 GT-I9505
Desbloqueado
Fast Shop.com.br
R\$ 229,99



Tablet Lennox Sound TB-50
Wi-Fi 4 GB
Extra.com.br
R\$ 19,93

veja mais ofertas

- Notícias
Opinion
Sua Opinião
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo

- Entretenimento
Linha de
Fotografia
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo
Tudo

- Espetáculos
Festa 2013
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa
Festa

- Blog
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise
Análise

- RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS
RSS

- Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade
Variedade

diariodonordeste.com.br
Rua da Liberdade, 574 - Bairro - Centro - Fortaleza - CE - CEP: 60015-000